

**RESOLUÇÃO 003/2019**  
**EDITAL Nº 001/2019**

**Regulamenta o processo para a escolha dos  
Conselheiros Tutelares nas eleições de 2019.**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA do Município de Monte Belo do Sul-RS, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 139 da Lei Federal nº 8.069-90 - ECA, e Lei Municipal nº 1401/2018 e o disposto na Resolução nº 170-2014 do Conselho Nacional CONANDA, RESOLVE expedir a seguinte Resolução:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º.** O processo para a escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Monte Belo do Sul, de que tratam os arts. 14 a 41 da Lei Municipal nº 1401/2018, ocorrerá através de eleição pelo voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos do Município.

**Art. 2º.** O processo será conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA e fiscalizado pelo Ministério Público, e reger-se-á pelo disposto nesta Resolução.

**§ 1º.** Dentre os integrantes do COMDICA são destacados 4 (quatro) membros, paritariamente representantes da Administração e da sociedade civil, os quais comporão a Comissão Especial Eleitoral responsável pela condução de todo o processo de escolha, sendo eles:

- I – Séfora Ester Freschi
- II – Isaías Almeida
- III – Sibélis Ana Valgói
- IV – Nesla Berselli Cecconi

**§ 2º.** Os integrantes da Comissão Especial Eleitoral escolherão, dentre seus integrantes, um presidente, sendo o nome do escolhido divulgado no Edital de abertura das inscrições para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

**CAPÍTULO II**  
**DAS INSTÂNCIAS ELEITORAIS**

**Art. 3º.** Constituem instâncias eleitorais:

- I – o COMDICA; e
- II – a Comissão Especial Eleitoral.

**Art. 4º.** Compete ao COMDICA:

- I – compor a Comissão Especial Eleitoral;
- II – expedir Resoluções acerca do processo eleitoral naquilo que se fizer necessário;
- III – julgar:
  - a) Os recursos interpostos contra as decisões da Comissão Especial Eleitoral;
  - b) As impugnações ao resultado geral da eleição;
- IV – publicar o resultado geral da eleição; e
- V – proclamar os eleitos.

**Art. 5º.** Compete à Comissão Especial Eleitoral:

- I – coordenar o processo eleitoral e dar-lhe ampla publicidade, o que inclui a elaboração, aplicação e correção da prova escrita e da avaliação psicológica, ambos de caráter eliminatório, cujos trabalhos poderão ser realizados por empresa especializada para tais tarefa, mediante a coordenação da mesma;
- II – receber, analisar e homologar o registro das candidaturas, fazendo-se publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público;
- III – receber e analisar as impugnações e recursos apresentados pelos interessados em todas as fases do processo de escolha, encaminhando-as ao Presidente do COMDICA, quando for o caso;
- IV – notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para defesa, no caso de impugnações e outros recursos de que sejam partes interessadas;
- V – realizar reuniões destinadas a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;
- VI – selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha;
- VII – publicar a lista dos mesários e dos fiscais da votação;
- VIII – receber, processar e julgar as impugnações a mesários e apuradores;
- IX – escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

X – notificar o Ministério Público de todas as fases do processo de escolha, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;

XI – solicitar ao comando da Polícia Militar efetivo para garantir a ordem e a segurança dos locais de votação e apuração;

XII – fiscalizar a eleição e a apuração dos votos;

XIII – processar e decidir as denúncias referentes à propaganda eleitoral;

XIV – receber e divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha, encaminhando o material referente ao pleito ao COMDICA;

XV – tomar todas as demais providências necessárias para a realização do pleito; e

XVI – resolver os casos omissos.

**§ 1º.** Para analisar e decidir acerca de recursos e impugnações poderá a Comissão realizar reuniões e, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências que se fizerem necessárias.

**§ 2º.** As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão tomadas pela maioria de seus membros.

**§ 3º.** Em caso de empate, o voto de desempate será dado pelo Presidente da Comissão.

### **CAPÍTULO III DO PROCESSO DE ESCOLHA**

#### **SEÇÃO I DO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO DE ESCOLHA E SUA DIVULGAÇÃO**

**Art. 6º.** O processo de escolha dos Conselheiros Tutelares terá início com a publicação do Edital de Convocação que, obrigatoriamente, conterà:

I – período de inscrições de 03 de abril de 2019 à 03 de maio de 2019;

II – requisitos necessários à inscrição preliminar, definidos no art. 17 deste Edital;

III – prazos para recursos e impugnações;

IV – regras de divulgação do processo de escolha;

V – condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções, conforme previsto na Lei local;

VI – composição da Comissão Especial Eleitoral encarregada de conduzir o processo de escolha;

VII – período de campanha eleitoral;

VIII – outros prazos recursais referentes a etapas do processo de escolha.

**§ 1º.** O Edital de Abertura deverá ser publicado com antecedência de, no mínimo, 06 (seis) meses da data do pleito.

**§ 2º.** Ao Edital de Abertura dar-se-á ampla divulgação, devendo o mesmo ser publicado no Diário Oficial do Município, se houver, bem como em todos os meios de imprensa oficial definidos nesta Resolução, devendo ser também afixado em locais de amplo acesso ao público.

**§ 3º.** Para os fins a que se refere o § 2º deste artigo, também deverão ser realizadas chamadas em rádio local, jornais e outros meios de divulgação.

**§ 4º.** A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da juventude, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8.069, de 1990.

## **SEÇÃO II**

### **DA DATA, LOCAL E PROVIDÊNCIAS PARA A ELEIÇÃO**

**Art. 7º.** Para a realização do processo de escolha através de eleição deverá ser solicitado à Justiça Eleitoral local o empréstimo de urnas eletrônicas.

**§ 1º.** A obtenção ou a elaboração do software respectivo para o processo de escolha fica a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, observadas as disposições das Resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral da localidade.<sup>1</sup>

**§ 2º.** Em caso de impossibilidade de obtenção de urnas eletrônicas, deverá ser solicitado à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns a fim de que a votação seja feita manualmente.

**§ 3º.** No caso de utilização de urnas comuns, a Comissão Especial deverá providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado pelo COMDICA.

**§ 4º.** Na hipótese do § 3º deverá ser publicado Edital com a definição dos critérios a serem adotados para a votação por meio deste procedimento.

**§ 5º.** Além do empréstimo das urnas, deverá ser requerido à Justiça Eleitoral cópia das listas de eleitores, com as respectivas Zonas e Seções Eleitorais, bem como endereço dos locais de votação.

---

<sup>1</sup> Previsão de acordo com o art. 9º, § 2º da Resolução nº 170-2014 do CONANDA. Caso a Justiça Eleitoral já disponibilize a urna com o registro dos candidatos, desnecessária a elaboração do referido software.

**Art. 8º.** A eleição será realizada em locais públicos de fácil acesso, observados os requisitos essenciais de acessibilidade.

**Parágrafo único.** Os locais de votação serão divulgados por meio de Edital próprio, com a antecedência de 30 dias da data da eleição.

**Art. 9º.** A eleição realizar-se-á no dia 06 (seis) de outubro de 2019, no período compreendido entre 8h e 17h, horário de Brasília-DF.

**Art. 10º.** Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

**Parágrafo único.** Caso o número de candidatos registrados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

**Art. 11º.** Considerar-se-ão eleitos os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior votação nas eleições.

**Parágrafo único.** Serão eleitos como suplentes os 05 (cinco) candidatos subsequentes, observada a ordem decrescente resultante da eleição.

### **SEÇÃO III DA INSCRIÇÃO PARA A CANDIDATURA A CONSELHEIRO TUTELAR**

**Art. 12º.** A inscrição para candidatar-se à função de Conselheiro Tutelar, compreenderá em duas fases:

- a) Preliminar
- b) Definitiva

**§ 1º.** A inscrição preliminar será deferida aos candidatos que preenchem os seguintes requisitos:

- I – reconhecida idoneidade moral;
- II – idade superior a 21 anos;
- III – residir no Município, no mínimo de 2 (dois) anos;
- IV – ser eleitor;
- V – escolaridade mínima de ensino médio completo, Lei 1401/2018 art. 42 , V;
- VI – Experiência de, no mínimo, um ano no trato com crianças e adolescentes, ou em defesa do cidadão;

VII – Não exercer cargo de confiança ou eletivo no Executivo e Legislativo municipal, observando o que determina o art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal; e

IX – disponibilidade para dedicação exclusiva.

**§ 2º.** A inscrição definitiva será deferida aos candidatos que preencham, além dos requisitos anteriores, os seguintes:

I – participar em curso ou palestra preparatória da área da infância e adolescência, coordenado pelo COMDICA.

II – Submeter-se a prova escrita sobre o tema específico do curso e da Lei federal 8.069/90, quando deverá alcançar no mínimo 60% (sessenta por cento) de acertos.

III – Ser apto em avaliação psicológica.

**§ 3º.** Os requisitos referidos nos parágrafos 1º e 2º e seus respectivos incisos, deste artigo, devem ser exigidos também para a posse e mantidos pelo período que durar o mandato, como condição para o exercício da função de Conselheiro Tutelar.

#### **SEÇÃO IV DAS INSCRIÇÕES E REGISTRO DAS CANDIDATURAS**

**Art. 13º.** A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas nesta Resolução, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral em relação as quais não poderá alegar desconhecimento.

**Art. 14º.** A inscrição será gratuita e deverá ser realizada pessoalmente pelo candidato.

**Art. 15º.** As informações prestadas na Ficha de Inscrição, em modelo a ser disponibilizado juntamente com o Edital de abertura das inscrições, bem como o seu preenchimento, são de exclusiva responsabilidade do candidato, ficando sob sua inteira responsabilidade as informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros ou dolo no preenchimento da ficha.

**Art. 16º.** As inscrições ocorrerão de 03 de abril de 2019 ao dia 03 de maio de 2019, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min, na sala anexa I da Prefeitura Municipal de Monte Belo do Sul, situado na Rua Sagrada Família 533, centro de Monte Belo do Sul.

**Parágrafo único.** No caso de prorrogação das inscrições com fundamento no parágrafo único do art. 10, o prazo para novas inscrições será definido pela Comissão Eleitoral e divulgado nos meios de comunicação previstos nesta Resolução, sem qualquer prejuízo aos candidatos já inscritos.

**Art. 17º.** São documentos necessários à inscrição preliminar, de forma a demonstrar o adimplemento dos requisitos para a candidatura constantes no art. 12, § 1º desta Resolução, os seguintes:

I – Ficha de inscrição, em modelo a ser disponibilizado juntamente com o Edital de abertura das inscrições, devidamente preenchida;

II – Certidões negativas penais de crimes comuns e especiais da Justiça Estadual e Federal;

III – Cópia autenticada do documento oficial de identificação, sendo para este fim assim considerada a cédula de identidade expedida por Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pela Polícia Federal; a identidade expedida pelo Ministério das Relações Exteriores para estrangeiros; a identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por Lei tenham validade como documento de identidade; a Carteira de Trabalho e Previdência Social; o Certificado de Reservista; o Passaporte e a Carteira Nacional de Habilitação com fotografia, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

IV – Certidão de quitação da Justiça Eleitoral.

V – Cópia autenticada de conta de energia elétrica, água ou telefone, guia de pagamento de imposto (IPVA, IPTU, entre outros) ou contrato de locação de imóvel, em nome do candidato. Caso o candidato não possua estes documentos em seu nome, poderá comprovar a residência por meio de declaração com firma reconhecida em cartório, acompanhada de cópia de um dos documentos antes citados em nome da pessoa com quem declara residir.

VI – Cópia autenticada de certidão, diploma ou histórico escolar, expedido por estabelecimento de ensino público ou particular, devidamente reconhecido pela legislação vigente, comprovando a conclusão do curso de ensino médio.

VII – Declaração de que não exerceu consecutivamente a função de Conselheiro Tutelar nos últimos dois mandatos, ainda que um deles não tenha sido em período integral.

VIII – Uma foto 3x4.

IX – Certificado/diplomas/cursos/ que comprovam experiência de atuação em atividade ligadas à promoção, defesa e atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, e/ou declaração firmada pelo candidato, em que conste a atividade desenvolvida, o tomador do serviço (pessoa física ou Jurídica), e o período de atuação.

**§ 1º.** As cópias apresentadas não serão devolvidas em hipótese alguma.

**§ 2º.** Não serão recebidos documentos originais, sob qualquer hipótese ou alegação.

**Art. 18º.** O deferimento da inscrição preliminar dar-se-á após a verificação do correto preenchimento da Ficha de Inscrição e apresentação da documentação exigida pelo art. 17, que é de exclusiva responsabilidade do candidato, não sendo admitida a entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições.

**Art. 19º.** A Comissão Especial Eleitoral no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do encerramento das inscrições deverá se reunir e por meio de ata deliberar acerca da homologação das inscrições preliminares.

**§ 1º.** O candidato que não tiver sua inscrição preliminar homologada deverá ser notificado por escrito dentro de 2 (dois) dias úteis da decisão da Comissão e poderá, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da notificação, apresentar recurso que será julgado pela Comissão Especial Eleitoral no prazo de 2 (dois) dias úteis.

**§ 2º.** Após a ciência da decisão da Comissão, da qual será notificado o candidato no prazo de 2 (dois) dias úteis da referida deliberação, em sendo mantida a não homologação da inscrição, poderá, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da notificação, apresentar recurso ao COMDICA, que terá 2 (dois) dias úteis para julgá-lo.

**§ 3º.** Após o julgamento dos recursos ou transcorrendo os prazos sem a manifestação dos candidatos que tiveram a inscrição indeferida, no prazo de 2 (dois) dias úteis será publicado Edital pelo COMDICA no qual constará a lista preliminar dos inscritos cuja inscrição foi homologada.

**Art. 20º.** Publicada a lista preliminar dos inscritos será aberto prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da publicação, para pedidos de impugnação de inscrições.

**§ 1º.** Constitui motivo de impugnação o não preenchimento de qualquer dos requisitos para a candidatura ou a incidência de alguma hipótese de impedimento para o exercício da função de Conselheiro Tutelar prevista na legislação em vigor.

**§ 2º.** As impugnações podem ser apresentadas por qualquer cidadão ou pelo representante do Ministério Público, com a devida fundamentação e comprovação das razões alegadas, através de formulário conforme modelo a ser disponibilizado juntamente com o Edital.

**§ 3º.** Para analisar e decidir acerca das impugnações, poderá a Comissão realizar reuniões e, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências que se fizerem necessárias.

**§ 4º.** A Comissão tem, a partir do recebimento das impugnações, o prazo de 2 (dois) dias úteis para notificar os candidatos com candidatura impugnada para que apresentem suas defesas, o que deve ocorrer até 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação.

**§ 5º.** A Comissão Especial Eleitoral avaliará o pedido de impugnação, bem como eventuais recursos interpostos pelos candidatos, e os julgará no prazo de 2 (dois) dias úteis após encerrado o prazo para a apresentação das defesas.

**§ 6º.** A Comissão Especial Eleitoral notificará da sua decisão o impugnante e o candidato, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da sua deliberação.

**Art. 21º.** Da decisão da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso ao COMDICA, que deverá ser apresentado em até 2 (dois) dias úteis.



**Parágrafo único.** O COMDICA deverá manifestar-se sobre o recurso em até 2 (dois) dias úteis do seu recebimento.

**Art. 22º.** Concluídos os prazos para recursos de impugnações e julgados aqueles eventualmente interpostos, serão homologadas em definitivo as inscrições preliminares e será publicado novo Edital pelo COMDICA constando a lista final dos candidatos habilitados, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do encerramento dos julgamentos.

## **SEÇÃO V**

### **DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA, PROVA ESCRITA E AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA**

**Art. 23º.** Os candidatos habilitados com a candidatura devidamente registrada listados no Edital a que se refere o art. 22 submeter-se-ão a prova escrita, de caráter eliminatório, a ser aplicada no dia **07.07.2019**, com início às 13h30min e término às 17h30min, em local a ser definido em Edital.

**§1º.** O comprovante da participação em curso ou palestra preparatório da área da infância e adolescência coordenado pelo COMDICA, será exigido após a homologação final da prova escrita.

**Art. 24º.** A prova objetiva será composta de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, envolvendo matéria ligada ao desempenho da função de Conselheiro Tutelar, além de uma redação cujo grau de complexidade será diretamente proporcional à escolaridade exigida para o seu exercício.

**Art. 25º.** O conteúdo programático será relacionado em anexo ao Edital de abertura de inscrições.

**Art. 26º.** A todas as questões corretas serão atribuídos 0,3 (zero virgula três) pontos, totalizando 7,5 (sete virgula cinco) pontos e a redação equivale a 2,5 (dois virgula cinco) pontos.

**Art. 27º.** A nota final de cada candidato será apurada pela média aritmética das notas obtidas nas questões.

**Art. 28º.** Cada questão conterà cinco opções de resposta e somente uma será considerada correta.

**Art. 29º.** A prova objetiva será elaborada, aplicada e corrigida por empresa terceirizada especializada e será reproduzida em igual número ao dos candidatos que tiverem as inscrições homologadas definitivamente, o que se dará em sessão sigilosa realizada pela Comissão Especial Eleitoral.

**Art. 30º.** Ultimadas as cópias, juntamente com a via original que conterà o gabarito a ser utilizado na correção, serão as provas acondicionados em envelopes lacrados e rubricados pelos integrantes da Comissão Especial Eleitoral, os quais permanecerão guardados em local seguro até o dia da aplicação das provas.

**Art. 31º.** As provas contereão parte destacável, numerada sequencialmente, iniciando-se em 01 (zero um) e se destinará à identificação dos candidatos.

**Art. 32º.** Os candidatos deverão comparecer ao local de aplicação das provas com antecedência mínima de trinta minutos, munidos de:

- I – comprovante de inscrição;
- II – documento oficial com foto; e
- III – caneta esferográfica azul ou preta.

**§ 1º.** Os candidatos que não estiverem presentes no interior da sala de aplicação das provas no horário definido serão excluídos do certame.

**§ 2º.** O candidato que deixar de exibir documento oficial com foto, antes de cada prova, será excluído do certame.

**§ 3º.** Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas em formulário próprio.

**Art. 33º.** No horário definido para início das provas, os fiscais convidarão dois candidatos para conferirem o lacre do envelope, removendo-o à vista de todos os presentes.

**Art. 34º.** Distribuídas as provas, inicialmente os candidatos conferirão a presença das questões, passando-se ao preenchimento do nome completo, exclusivamente no canhoto destacável, o qual será imediatamente recolhido pelos fiscais e lacrado em envelope específico.

**Art. 35º.** Os cadernos de provas deverão ser preenchidos pelos candidatos mediante a utilização de caneta esferográfica azul ou preta, assinalando-se apenas uma alternativa em cada questão.

**Art. 36º.** Não serão consideradas válidas, atribuindo-se pontuação zero, as questões que forem respondidas a lápis, sem posterior confirmação à caneta.

**§ 1º.** Também será anulada a questão que apresentar mais de uma alternativa assinalada pelo candidato, ou que contiver rasuras ou borrões.

**§ 2º.** Será anulada integralmente a prova que contiver assinaturas ou sinais que permitam a identificação do candidato, ressalvado o numeral impresso pela Comissão Especial Eleitoral.

**Art. 37º.** O candidato que se retirar do local de provas não poderá retornar, ressalvados os casos de afastamento da sala com acompanhamento de um fiscal.

**Art. 38º.** Não será permitido ao candidato retirar o caderno de questões da prova.

**Art. 39º.** Será retirado do local das provas e desclassificado do Processo o candidato que:

I – apresentar atitude de desacato, desrespeito ou descortesia para com as pessoas encarregadas pela realização ou aplicação das provas ou com os outros candidatos;

II – durante a realização da prova demonstrar comportamento inconveniente ou for flagrado comunicando-se com outros candidatos ou pessoas estranhas, por gestos, palavras ou por escrito, bem como se utilizando de livros, notas ou impressos;

III – durante a realização das provas estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, *smartphone* ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares.

**§ 1º.** Na ocorrência das hipóteses previstas nos incisos I a III será lavrado “auto de apreensão de prova e exclusão de candidato”, fazendo-se constar o fato com seus pormenores, o qual será assinado por, no mínimo, um fiscal e pelo candidato eliminado.

**§ 2º.** Em caso de recusa do candidato a assinar o auto de apreensão de prova e exclusão de candidato o fato será certificado à vista da assinatura de duas testemunhas.

**Art. 40º.** No horário aprazado para o encerramento das provas serão estas recolhidas, independentemente de terem ou não sido concluídas integralmente pelos candidatos.

**Art. 41º.** Durante a realização das provas, quaisquer ocorrências serão objeto de registro em ata.

**Art. 42º.** No prazo de 5 dias, a empresa responsável pela elaboração da prova deverá proceder à correção e entrega dos resultados classificatórios exclusivamente para a Comissão Especial Eleitoral.

**Art. 43º.** A correção se dará mediante comparação do gabarito padrão com as respostas assinaladas pelos candidatos no caderno de provas, registrando-se as pontuações individuais por questão e o total da nota atribuída à prova.

**Art. 44º.** Encerrada a correção de todas as provas e registradas as notas auferidas, será procedida a abertura dos envelopes contendo os canhotos de identificação, comparando-os com aqueles que contiverem igual numeração, para identificar a nota atribuída a cada candidato.

**Art. 45º.** Somente serão classificados os candidatos que obtiverem, no mínimo, 60 % (sessenta por cento) da pontuação aferida à prova, sendo os demais excluídos do processo.

**Art. 46º.** Ultimada a identificação dos candidatos, a totalização das notas, o resultado preliminar será publicado por meio de Edital no átrio da Prefeitura Municipal, no mural do Conselho Tutelar e no site oficial do Município na internet, no prazo de 3 (três) dias úteis, após a entrega dos resultados pela empresa terceirizada.

**Art. 47º.** Da classificação preliminar dos candidatos e do gabarito oficial é cabível recurso endereçado à Comissão Especial Eleitoral, contendo a identificação do recorrente e as razões do pedido recursal, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

§ 1º. Será possibilitada vista da prova na presença da Comissão Especial Eleitoral, permitindo-se anotações.

§ 2º. A Comissão referida no caput, no prazo de 2 (dois) dias úteis julgará o recurso.

§ 3º. Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão Especial Eleitoral, o nome do candidato passará a constar no rol de selecionados, sendo publicado novo Edital.

§ 4º. Não havendo reconsideração, a Comissão Especial Eleitoral notificará os recorrentes da sua decisão, dentro de 2 (dois) dias úteis da deliberação para que estes possam interpor recurso perante o COMDICA no prazo de 2 (dois) dias úteis da notificação.

§ 5º. O COMDICA tem 2 (dois) dias úteis para julgar o recurso e expedir Edital com a lista definitiva dos candidatos classificados para participarem da eleição.

**Art. 48º.** Se, ao julgar os recursos, o COMDICA verificar a ocorrência de empate em relação às notas recebidas por dois ou mais candidatos, terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato que tiver obtido a maior nota na prova de legislação.

§ 1º. Mantido o empate, este será decidido por meio de sorteio em ato público, em local e horário previamente definido pela Comissão Especial Eleitoral e divulgado por meio de Edital.

§ 2º. A aplicação do critério de desempate será efetivada após a análise dos recursos e antes da publicação da lista final dos selecionados.

**Art. 49º.** No Edital que divulgar o resultado da prova objetiva, com a classificação final dos aprovados na prova escrita, será publicado em 2 (dois) dias úteis.

**Art. 50º.** Os candidatos aprovados na prova escrita terão 2 (dois) dias úteis para entregar a Comissão Especial Eleitoral o comprovante da participação em curso ou palestra preparatório da área da infância e adolescência coordenado pelo COMDICA.

**Art. 51º.** A avaliação psicológica será realizada por profissional habilitado e visa verificar, mediante o uso de instrumentos psicológicos específicos (testes psicológicos reconhecidos e aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia), o perfil psicológico adequado ao exercício da função de membro do Conselho Tutelar, constante no anexo do conteúdo programático;

§ 1º. Deverão ser avaliadas as condições psicológicas adequadas do candidato para trabalhar com conflitos sociofamiliares atinentes ao cargo e exercer, em sua plenitude, as atribuições do Conselho Tutelar previstas na Lei Federal nº 8.069/90 e legislação municipal em vigor;

**§ 2º.** De acordo com a cartilha “Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento”, da Secretaria Especial de Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, ano 2007, os membros do Conselho Tutelar devem apresentar as seguintes habilidades: capacidade de escuta, de comunicação, de buscar e repassar informações, de interlocução, de negociação, de articulação, de administrar o tempo, de realizar reuniões eficazes e criatividade institucional e comunitária.

**Art. 52º.** A avaliação psicológica será realizada no dia 04.08.2019, no endereço Rua Sagrada Família, nº 533, Bairro Centro, na Sala Anexo I da Prefeitura Municipal de Monte Belo do Sul, observando o horário previamente agendado para cada candidato, que será previamente mencionado no Edital de Processo Seletivo dos Conselheiros Tutelares.

**Art. 53º.** Em hipótese alguma, haverá avaliação fora do local e horário determinados, ou segunda chamada para as avaliações.

**Art. 54º.** Será eliminado do processo seletivo o candidato que, por qualquer motivo, não comparecer à avaliação no horário e local indicados.

**Art. 55º.** O resultado final da avaliação psicológica do candidato será divulgado, exclusivamente, como “APTO” ou “INAPTO”.

**Art. 56º.** Todas as avaliações psicológicas serão fundamentadas e os candidatos poderão obter cópia de todo o processo envolvendo sua avaliação, independentemente de requerimento específico e ainda que o candidato tenha sido considerado apto.

**Art. 57º.** Ultimada o parecer psicológico dos candidatos, o resultado preliminar será publicado por meio de Edital no átrio da Prefeitura Municipal, no mural do Conselho Tutelar e no site oficial do Município na internet, no prazo de 5 (três) dias úteis.

**Art. 58º.** Da classificação preliminar dos candidatos e da avaliação psicológica é cabível recurso endereçado à Comissão Especial Eleitoral, contendo a identificação do recorrente e as razões do pedido recursal, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

**§ 1º.** Será possibilitada vista da prova na presença da Comissão Especial Eleitoral, permitindo-se anotações.

**§ 2º.** A Comissão referida no caput, no prazo de 2 (dois) dias úteis julgará o recurso.

**§ 3º.** Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão Especial Eleitoral, o nome do candidato passará a constar no rol de selecionados, sendo publicado novo Edital.

**§ 4º.** Não havendo reconsideração, a Comissão Especial Eleitoral notificará os recorrentes da sua decisão, dentro de 2 (dois) dias úteis da deliberação para que estes possam interpor recurso perante o COMDICA no prazo de 2 (dois) dias úteis da notificação.

**§ 5º.** O COMDICA tem 2 (dois) dias úteis para julgar o recurso e expedir Edital com a lista definitiva dos candidatos classificados da avaliação psicológica para participarem da eleição.

**Art. 59º.** No Edital que divulgar o resultado definitivo, com a classificação dos aprovados na prova escrita e da avaliação psicológica, constará a convocação para que estes se apresentem para sorteio em ato público a fim de atribuir o número a cada um deles, cujo resultado será publicado por Edital, e constará data, local e horário de reunião a ser promovida pela Comissão Especial Eleitoral que autorizará o início da campanha eleitoral, com cópia para o Ministério Público.

## **SEÇÃO V DA PROPAGANDA ELEITORAL**

**Art. 60º.** O período de propaganda eleitoral terá início no dia 09 de setembro de 2019 da publicação do Edital que indica o número de cada candidato, encerrando-se no dia 03 de outubro de 2019.

**Art. 61º.** Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos, que responderão solidariamente pelos excessos praticados por seus simpatizantes.

**Art. 62º.** Não será permitida propaganda eleitoral que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

**§ 1º.** Considera-se propaganda eleitoral que implique grave perturbação à ordem a que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

**§ 2º.** Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos a oferta, a promessa ou a entrega de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, incluídos brindes de pequeno valor, em troca de apoio a candidaturas, artigo 139, § 3º da Lei 8.069/90.

**§ 3º.** Considera-se propaganda enganosa:

I – promessa de resolver eventuais demandas que não se enquadrem nas atribuições do Conselho Tutelar;

II – a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar; e

III – qualquer outra prática que induza dolosamente o eleitor a erro com objetivo de auferir vantagem a candidaturas.

**Art. 63º.** Qualquer cidadão, fundamentadamente, poderá denunciar à Comissão Especial Eleitoral a existência de propaganda eleitoral irregular.

**§ 1º.** A Comissão Especial Eleitoral processará e decidirá as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

**§ 2º.** Nos casos de denúncias caberá a Comissão notificar o candidato denunciado no prazo de 2 (dois) dias úteis a partir da ciência da denúncia.

**§ 3º.** O candidato notificado terá o prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação para encaminhar defesa à Comissão Especial Eleitoral.

**§ 4º.** Para instruir sua decisão, a Comissão Especial Eleitoral poderá ouvir testemunhas, determinar a produção de outras provas e efetuar diligências, tendo o prazo de 3 (três) dias úteis para chegar a conclusão sobre a denúncia.

**§ 5º.** O candidato e o denunciante serão notificados da decisão da Comissão Especial Eleitoral no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar desta.

**Art. 64º.** Da decisão da Comissão Especial Eleitoral, caberá recurso ao COMDICA, que deverá ser apresentado em 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação.

**Parágrafo único.** O COMDICA deverá manifestar-se sobre o recurso em até 2 (dois) dias úteis do seu recebimento.

## **SEÇÃO VI DOS MESÁRIOS**

**Art. 65º.** Os mesários serão, preferencialmente, servidores indicados pelos Poderes Executivo e Legislativo municipais, nominalmente, em número a ser definido pelo COMDICA, suficiente para atender à demanda do processo de eleição.

**§ 1º.** Na impossibilidade de completar-se o quadro de mesários com servidores municipais, o COMDICA e a Comissão Eleitoral ficam autorizados a convocar outros cidadãos, indicados pelas entidades representativas da sociedade civil que compõem o COMDICA.

**§ 2º.** A atuação dos representantes das entidades referidas no parágrafo anterior será gratuita.

**Art. 66º.** Não podem atuar como mesários:

I – candidatos e seus parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, em linha reta ou colateral;

II – cônjuge ou companheiro de candidato; e

III – pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para candidato.

**Art. 67º.** A lista contendo a nominata dos mesários que trabalharão na eleição será publicada em Edital pelo COMDICA, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da realização do pleito.

**Parágrafo único.** O candidato ou qualquer cidadão poderá impugnar a indicação de mesário, fundamentadamente, no prazo de 2 (dois) dias, contados da publicação do Edital com a respectiva nominata, nos moldes do formulário cujo modelo constará anexo ao Edital de abertura das inscrições.

**Art. 68º.** A Comissão Especial Eleitoral processará e decidirá as impugnações a mesários no prazo de 2 (dois) dias do encerramento do prazo para a entrega das impugnações, notificando esses e os impugnantes de sua decisão, dentro de 2 (dois) dias úteis a contar a decisão.

**Art. 69º.** Da decisão da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso ao COMDICA, que deverá ser apresentado em 2 (dois) dias, contados da notificação.

**Parágrafo único.** O COMDICA deverá manifestar-se sobre o recurso em até 2 (dois) dias úteis do seu recebimento e publicará Edital com a relação definitiva dos mesários no prazo de 2 (dois) dias da sua decisão.

**Art. 70º.** Compete aos mesários, antes do início da votação, verificar se o local escolhido para a eleição está em ordem, assim como o material remetido pela Comissão Especial Eleitoral, a urna e a cabine indevassável.

**Art. 71º.** Na hora designada para o início da votação, cumpridas as exigências previstas nesta Resolução, o Presidente da Mesa, a ser assim designado pela Comissão Especial Eleitoral, declarará iniciados os trabalhos.

**Art. 72º.** Os mesários devem orientar os eleitores para que, antes de ingressar no recinto da cabine, se apresentem à Mesa Eleitoral portando o documento oficial de identificação com fotografia.

**§ 1º.** Os mesários registrarão na folha de controle de votação, o nome do eleitor e o número do documento com fotografia.

**§ 2º.** Após o registro, o mesário deverá colher do eleitor sua assinatura na folha de controle de votação, quando este último deverá conferir seus dados.

**Art. 73º.** Compete ao Presidente da Mesa ou a quem designar como secretário, o registro de todos os acontecimentos que ocorrerem no curso da votação em ata, onde serão colhidas as assinaturas das partes envolvidas, bem como de eventuais testemunhas, quando houver.

## **SEÇÃO VII DA VOTAÇÃO**

**Art. 74º.** Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as zonas eleitorais estabelecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral, que poderão ser agrupadas por local ou região para melhor atender à operacionalização do processo de escolha e serão divulgados por meio de Edital, com antecedência de 30 (trinta) dias da data da eleição.



**Art. 75º.** Podem votar os maiores de 16 (dezesesseis) anos, inscritos como eleitores do Município até 03 (três) meses antes do processo de eleição, devendo o eleitor apresentar, por ocasião da votação, o título de eleitor e/ou documento oficial com fotografia.

**Parágrafo único.** A identidade do eleitor poderá ser objeto de impugnação junto às mesas receptoras de votos, devendo tudo ser registrado em ata de votação.

**Art. 76º.** O eleitor deverá votar em um único, não sendo admitidas a composição de chapas, conforme Resolução 170/2014 do CANANDA.

**Art. 77º.** O sigilo da votação será garantido por meio do isolamento do eleitor em cabine indevassável, onde serão afixadas listas com o nome, apelido e número do candidato.

**Art. 78º.** O Presidente da Mesa Eleitoral, verificando chegar a hora do encerramento da votação e existindo eleitores ainda por votar, distribuirá senha para votação dos presentes no recinto, proibindo a partir desse horário o ingresso de outros eleitores que ali não estivessem nesse momento.

**Art. 79º.** O encerramento da votação implica na lacração da urna eleitoral pelo Presidente da Mesa, assinado por todos os componentes da Mesa e pelos fiscais presentes ao ato.

## **SEÇÃO VIII DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 80º.** Cada candidato poderá credenciar 1 (um) fiscal para atuar junto à mesa receptora de votos, antes do início da votação.

§ 1º. O fiscal receberá, neste momento, “crachá de identificação” que obrigatoriamente deverá ser usado durante todo o dia da eleição.

§ 2º. Não será permitida a acumulação da função de fiscal com a de membro da Mesa Eleitoral, ou de qualquer outra função a ser exercida em razão da eleição.

**Art. 81º.** Se o fiscal verificar alguma irregularidade deverá comunicá-la ao Presidente da Mesa Eleitoral onde estiver atuando.

§ 1º. O Presidente da Mesa Eleitoral verificará a natureza da irregularidade apontada pelo fiscal e tomará as providências para corrigi-la, se procedente, podendo indeferi-la, caso entenda que esta não tem cabimento.

§ 2º. Caso o Presidente da Mesa Eleitoral não consiga resolver a ocorrência verificada, deverá entrar em contato imediatamente com um membro da Comissão Especial Eleitoral para auxiliá-lo.

**Art. 82º.** Os fiscais que atuarem perante as Mesas Eleitorais deverão assinar as atas de início e encerramento dos trabalhos.

**Art. 83º.** Eventual comportamento inadequado de parte do fiscal poderá resultar na determinação, pelo Presidente da Mesa, para que se retire do local da votação, sem qualquer prejuízo ao regular andamento do pleito.

#### **SEÇÃO IX DAS OCORRÊNCIAS E IMPUGNAÇÕES**

**Art. 84º.** As ocorrências e impugnações constantes das atas de votação referentes ao dia da eleição serão julgadas pelo Presidente da Mesa, ao final da votação e antes da apuração, salvo aqueles referentes ao parágrafo único do art. 65, que deverão ser julgadas no momento da impugnação.

**Art. 85º.** Das decisões do Presidente da Mesa caberá recurso ao COMDICA, que deverá ser apresentado no ato, por escrito e devidamente fundamentado, sob pena de não recebimento, salvo quanto aqueles referentes ao parágrafo único do art. 37, quando a decisão do Presidente de Mesa é soberana.

**§ 1º.** O COMDICA terá o prazo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento dos recursos, que ocorrerá ao final do pleito, para julgá-los, o que não impede a publicação de Edital com o resultado preliminar do pleito.

**§ 2º.** O resultado do julgamento dos recursos será notificado aos interessados no prazo de 3 (três) dias úteis da deliberação da Comissão e caso altere o resultado das eleições será objeto de publicação de Edital.

#### **SEÇÃO X DA APURAÇÃO E DO RESULTADO**

**Art. 86º.** A apuração dos votos será realizada em um único local, a ser escolhido pela Comissão Especial Eleitoral e divulgado juntamente com a lista dos locais de votação, por Edital.

**Art. 87º.** Na fase de apuração da urna eleitoral será permitido ingresso ao recinto apenas dos candidatos, seus fiscais, os membros da Comissão Especial Eleitoral, do COMDICA e representante do Ministério Público, todos devidamente identificados por crachás fornecidos pela Comissão Especial Eleitoral.

**Art. 88º.** O Presidente da Comissão Especial Eleitoral determinará a abertura da apuração.

**Art. 89º.** Os candidatos e os fiscais deverão manter distância mínima pré-estabelecida da Mesa Apuradora, visando não atrapalhar o bom andamento dos trabalhos, sob pena de serem retirados do local de apuração.

**Art. 90º.** Os mesários expedirão boletim de apuração de cada urna apurada, o qual deverá conter:

I – a data da eleição;

- II – o número de votantes;
- III – as seções eleitorais correspondentes;
- IV – o local em que funcionou a mesa receptora de votos;
- V – o número de votos impugnados;
- VI – o número de votos por candidato; e
- VII – o número de votos brancos, nulos e válidos.

**Art. 91º.** Cópia do boletim de apuração será afixada em local onde possa ser consultada pelo público.

**Art. 92º.** Encerrada a apuração, os mesários entregarão o boletim e a ata de apuração e devolverão o material utilizado na eleição à Comissão Especial Eleitoral.

**Art. 93º.** Em caso de empate entre candidatos será considerado eleito aquele mais idoso.

**Art. 94º.** Encerrado o trabalho de todas as Mesas de Apuração, o Presidente da Comissão Especial Eleitoral, de posse do resultado e do material utilizado na eleição, pronunciará o resultado da apuração, declarará o encerramento dos trabalhos e providenciará a imediata lavratura da respectiva ata de encerramento que será assinada por ele, demais membros da Comissão, candidatos presentes, que assim desejarem, membros do COMDICA e representante do Ministério Público.

**Art. 95º.** A Comissão Especial Eleitoral, computados os dados constantes dos boletins de apuração, homologará o resultado preliminar da eleição e publicará Edital dando-lhe conhecimento.

**Art. 96º.** Do resultado preliminar cabe recurso ao COMDICA, o qual deverá ser apresentado em até 3 (três) dias úteis, a contar da publicação do Edital.

**§ 1º.** O recurso deverá ser por escrito e devidamente fundamentado.

**§ 2º.** O COMDICA decidirá os recursos em reunião convocada exclusivamente para esse fim, no prazo de 3 (três) dias úteis de seu recebimento e publicará Edital com o resultado definitivo do pleito.

## **SEÇÃO IX DA POSSE DOS ESCOLHIDOS**

**Art. 97º.** A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro de 2020 e obedecerá ao disposto no art. 19 da Lei Municipal nº 1401/2018, oportunidade em que prestarão o compromisso de defender, cumprir e fazer cumprir no âmbito de sua competência os direitos da criança e do adolescente estabelecidos na legislação vigente.

**Parágrafo único.** Os eleitos serão diplomados e empossados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, com registro em ata e nomeados pelo Prefeito Municipal, por Portaria.

**Art. 98º.** Será exigido para a posse a apresentação dos seguintes documentos:

I – Declaração de bens;

II – Declaração de acúmulo de cargo, emprego ou função pública ou privada.

III – Declaração de que não é cônjuge, companheiro(a), ainda que em união homoafetiva, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de nenhum outro Conselheiro eleito, bem como de que não mantém nenhuma destas relações com a autoridade judiciária e/ou com o(a) representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e Juventude na Comarca do Município de Bento Gonçalves.

**Parágrafo único.** Na hipótese de terem sido eleitos candidatos que guardem qualquer das relações referidas no inciso III do art. 98, terá direito à vaga àquele que tiver obtido maior votação no pleito e, em caso de empate, o que for mais idoso.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 99º.** Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada instância recursal, em cada fase do processo, sendo que os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas nesta Resolução não serão apreciados.

**Art. 100º.** Computar-se-ão os prazos previstos nesta Lei, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

**Parágrafo único.** Os prazos somente correrão em dias úteis.

**Art. 101º.** Todos os atos praticados pela Comissão Especial Eleitoral e pelo COMDICA no curso deste processo eleitoral serão informados ao Ministério Público.

**Art. 102º.** O descumprimento dos dispositivos legais previstos nesta Resolução implicará na exclusão do candidato ao pleito.

**Art. 103º.** As informações referentes ao processo objeto desta Resolução serão prestadas pelos integrantes da Comissão Especial Eleitoral, na sede da Prefeitura Municipal de Monte Belo do Sul, Sala Anexo I na Rua Sagrada Família, nº 533 – Bairro Centro, no Município de Monte Belo do Sul.

**Art. 104º.** As publicações relativas ao processo de eleição dos Conselheiros Tutelares serão veiculadas no átrio da Prefeitura Municipal, mural do Conselho Tutelar e no site oficial do Município na internet.

**Art. 105º.** Os casos omissos serão resolvidos pelo COMDICA, que poderá expedir Resoluções acerca do processo eleitoral sempre que se fizer necessário.

**Art. 106º.** Cabe ao Município de Monte Belo do Sul o custeio de todas as despesas decorrentes do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

**Art. 107º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Belo do Sul, 18 de março de 2019

Séfora Ester Freschi

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

## ANEXO I

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PROVA ESCRITA

#### - Conhecimentos Gerais

Redação: Elaboração de uma redação com no mínimo 15 (quinze) e no máximo 25 (vinte e cinco) linhas, onde o candidato deverá expor um texto em título a ser informado no dia da prova, onde conste a introdução, o desenvolvimento do raciocínio e a conclusão, observando a grafia e a gramática.

#### - Conhecimentos Específicos:

Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e alterações posteriores;

#### - Avaliação Psicológica:

A Avaliação Psicológica, é de caráter eliminatório, será realizada em duas etapas obrigatórias:

1ª Etapa – Testagem Coletiva e;

2ª Etapa – Entrevista Individual, e sua finalidade é avaliar as condições psicológicas do candidato para o desempenho do cargo. A Avaliação Psicológica para fins de seleção de candidatos é um processo sistemático, de levantamento e síntese de informações com base em procedimentos científicos que permitem identificar aspectos psicológicos do candidato compatíveis com o desempenho das atividades. A Avaliação Psicológica será realizada por profissionais da área de psicologia, regularmente inscritos no Conselho Regional de Psicologia e realizada conforme as normas em vigor do Conselho Federal de Psicologia. Os testes psicológicos utilizados devem ser reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia, conforme art. 18 da Resolução CFP nº 002/2003. O resultado terá um parecer de “APTO” ou “INAPTO” para o desempenho do cargo.

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO N° \_\_\_\_\_

NOME:		
APELIDO (SE HOUVER):		
SEXO:	F ( )	M ( )
RG:	Órgão Emissor:	
TÍTULO DE ELEITOR:	ZONA:	SEÇÃO:
DATA DE NASCIMENTO:		
FILIAÇÃO:	NOME DO PAI:	
	NOME DA MÃE:	
ESTADO CIVIL:		
PROFISSÃO:		
ENDEREÇO RESIDENCIAL	RUA/AV:	
	Nº	COMPL.
	BAIRRO:	CEP:
	MUNICÍPIO/UF:	
TELEFONE:		
E-MAIL:		

Eu, \_\_\_\_\_, acima qualificado(a) solicito a inscrição para participar do processo eletivo a membro do Conselho Tutelar e declaro ainda, para efeitos legais, ter ciência dos termos e condições estabelecidas no EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE MONTE BELO DO SUL – Edital nº 001/2019, bem como na legislação que rege a matéria, tendo juntado a minha inscrição os documentos necessários.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) candidato(a)



**PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO–ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR DE MONTE BELO DO SUL**

INSCRIÇÃO N° \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_



## IMPUGNAÇÃO DE INSCRIÇÃO

SENHORA PRESIDENTE, DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL/COMDICA,

\_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, QUALIFICAÇÃO, venho perante esta Comissão/Conselho, com amparo no item “\_\_\_\_\_” do Edital 001/2019, apresentar PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE INSCRIÇÃO em desfavor do cidadão, \_\_\_\_\_, postulante a candidato à função de Conselheiro Tutelar no Município de Monte Belo do Sul, em razão dos fatos a seguir:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

Para a comprovação dos fatos alegados, junto os documentos a seguir listados:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

e/ou

Para a comprovação dos fatos alegados, arrolo as testemunhas a seguir listadas, com o respectivo endereço para notificação:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Local, data.

Assinatura

ANEXO IV

## IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURA

SENHORA PRESIDENTE, DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL/COMDICA,

---

Eu, \_\_\_\_\_, QUALIFICAÇÃO, venho perante esta Comissão/Conselho, com amparo no item “ \_\_\_\_\_ ” do Edital 001/2019, apresentar PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURA em desfavor do cidadão, \_\_\_\_\_, postulante a candidato à função de Conselheiro Tutelar no Município de Monte Belo do Sul, em razão dos fatos a seguir:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

Para a comprovação dos fatos alegados, junto os documentos a seguir listados:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

e/ou

Para a comprovação dos fatos alegados, arrolo as testemunhas a seguir listadas, com o respectivo endereço para notificação:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Local, data.

Assinatura

## IMPUGNAÇÃO DE MESÁRIO

SENHORA PRESIDENTE, DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL/COMDICA,

\_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, QUALIFICAÇÃO, venho perante esta Comissão/Conselho, com amparo no item “\_\_\_\_\_” do Edital 001/2019, apresentar PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE MESÁRIO em desfavor do cidadão, \_\_\_\_\_, convocado para atuar nas eleições para Conselheiro Tutelar, em razão dos fatos a seguir:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

Para a comprovação dos fatos alegados, junto os documentos a seguir listados:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

e/ou

Para a comprovação dos fatos alegados, arrolo as testemunhas a seguir listadas, com o respectivo endereço para notificação:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Local, data.

Assinatura

**ANEXO VI**

**RECURSOS**

SENHORA PRESIDENTE, DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL/COMDICA,

\_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, QUALIFICAÇÃO, inscrito(a) no PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIROS TUTELARES conforme Edital nº 001/2019, sob o nº \_\_\_\_\_, venho, muito respeitosamente, recorrer do(a) \_\_\_\_\_, pelos seguintes motivos:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

Para a comprovação dos fatos alegados, junto os documentos a seguir listados:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

e/ou

Para a comprovação dos fatos alegados, arrolo as testemunhas a seguir listadas, com o respectivo endereço para notificação:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

Ante o exposto, solicito revisão da decisão \_\_\_\_\_.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Local, data.

Assinatura

## COMUNICADO DE PROPAGANDA IRREGULAR

SENHORA PRESIDENTE, DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL/COMDICA,

\_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, QUALIFICAÇÃO, venho, muito respeitosamente, comunicar a ocorrência de propaganda irregular de parte do candidato \_\_\_\_\_, conforme os fatos narrados a seguir:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

Para a comprovação dos fatos alegados, junto os documentos a seguir listados:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

e/ou

Para a comprovação dos fatos alegados, arrolo as testemunhas a seguir listadas, com o respectivo endereço para notificação:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

Ante o exposto, solicito a tomada das providências cabíveis.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Local, data.

Assinatura

**ANEXO VIII****CALENDÁRIO DO PLEITO**

<b>DATA</b>	<b>EVENTO</b>
[03/04/2019] a [03/05/2019]	Prazo para inscrições
[06/05/2019] a [08/05/2019]	Prazo para a deliberação da CEE acerca das inscrições
[13/05/2019] a [15/05/2019]	Prazo para a notificação dos candidatos com inscrição não homologada
[16/05/2019] a [17/05/2019]	Prazo para apresentação de recurso à CEE pelos candidatos
[20/05/2019] a [22/05/2019]	Prazo para julgamento dos recursos pela CEE
[23/05/2019] a [24/05/2019]	Prazo para a notificação da decisão aos candidatos recorrentes
[27/05/2019] a [29/05/2019]	Prazo para apresentação de recurso pelos candidatos perante o COMDICA
[30/05/2019] a [31/05/2019]	Prazo para julgamento pelo COMDICA
[03/06/2019] a [04/06/2019]	Prazo para a publicação de Edital com inscrições homologadas
[05/06/2019] a [07/06/2019]	Prazo para impugnação das inscrições
[10/06/2019] a [11/06/2019]	Prazo para a notificação dos candidatos impugnados
[12/06/2019] a [14/06/2019]	Prazo para apresentação de recurso à CEE pelos candidatos
[17/06/2019] a [18/06/2019]	Prazo para julgamento dos recursos pela CEE
[19/06/2019] a [21/06/2019]	Prazo para a notificação da decisão aos candidatos recorrentes

[24/06/2019] a [25/06/2019]	Prazo para apresentação de recurso pelos candidatos perante o COMDICA
[26/06/2019] a [27/06/2019]	Prazo para julgamento pelo COMDICA
[28/06/2019] a [30/06/2019]	Prazo para a publicação de Edital com candidaturas registradas
[07/07/2019]	Data da realização da prova escrita
[08/07/2019] a [12/07/2019]	Prazo para a correção das provas, identificação das provas e publicação de Edital com resultado preliminar
[15/07/2019] a [17/07/2019]	Prazo apresentação de recurso da classificação preliminar e gabarito pelos candidatos à CEE
[18/07/2019] a [19/07/2019]	Prazo para julgamentos dos recursos pela CEE e publicação de novo Edital no caso de reconsideração
[22/07/2019] a [23/07/2019]	Prazo para a notificação dos recorrentes quanto à não reconsideração
[24/07/2019] a [26/07/2019]	Prazo para os recorrentes interpirem recurso perante o COMDICA
[29/07/2019] a [30/07/2019]	Prazo para julgamento do recurso pelo COMDICA e publicação de Edital com resultado final da prova escrita
[31/07/2019] a [01/08/2019]	Prazo para entrega de comprovante da participação em curso ou palestra preparatório da área da infância e adolescência coordenado pelo COMDICA
[04/08/2019]	Data da realização da avaliação psicológica
[05/08/2019] a [09/08/2019]	Prazo para parecer da avaliação psicológica, e publicação de Edital com resultado preliminar
[12/08/2019] a [13/08/2019]	Prazo apresentação de recurso da classificação preliminar e da avaliação psicológica pelos candidatos à CEE
[14/08/2019] a [15/08/2019]	Prazo para julgamentos dos recursos pela CEE e publicação de novo Edital no caso de reconsideração
[16/08/2019] a [19/08/2019]	Prazo para a notificação dos recorrentes quanto à não reconsideração
[20/08/2019] a [21/08/2019]	Prazo para os recorrentes interpirem recurso perante o COMDICA
[22/08/2019] a [23/08/2019]	Prazo para julgamento do recurso pelo COMDICA e publicação de Edital com resultado final da prova escrita

[26/08/2019] a [27/08/2019]	Prazo para sorteio do número de cada candidato
[28/08/2019] a [29/08/2019]	Edital de indicação do número de cada candidato
[30/08/2019] a [02/09/2019]	Prazo para manifestação do Ministério Público
[03/09/2019] a [04/09/2019]	Reunião com os candidatos aprovados antes do início da propaganda eleitoral
[06/09/2019]	Último dia para publicação dos locais de votação
[10/09/2019]	Início da propaganda eleitoral
[13/09/2019]	Último dia para publicação da lista de mesários
[16/09/2019] a [17/09/2019]	Prazo para impugnação de mesários
[18/09/2019] a [19/09/2019]	Prazo para julgamento das impugnações pela CEE
[23/09/2019] a [24/09/2019]	Prazo para a notificação da decisão aos candidatos recorrentes
[25/09/2019] a [26/09/2019]	Prazo para apresentação de recurso pelos candidatos perante o COMDICA
[27/09/2019] a [28/09/2019]	Prazo para julgamento pelo COMDICA
[29/09/2019] a [30/09/2019]	Prazo para a publicação de Edital com lista nominal de mesários definitiva
03/10/2019	Encerramento da propaganda eleitoral
[07/10/2019] a [09/10/2019]	Prazo para apresentação de recursos quanto a ocorrências e impugnações perante o COMDICA
[10/10/2019] a [11/10/2019]	Publicação do Edital com o resultado preliminar das eleições



[14/10/2019] a [15/10/2019]	Prazo para julgamento dos recursos quanto a impugnações pelo COMDICA <sup>2</sup>
[16/10/2019] a [17/10/2019]	Prazo para interposição de recurso ao COMDICA quanto ao resultado preliminar das eleições
[18/10/2019] a [21/10/2019]	Prazo para julgamento dos recursos pelo COMDICA quanto ao resultado preliminar das eleições
[22/10/2019] a [23/10/2019]	Prazo para publicação do Edital com resultado definitivo das eleições
[10.12.2019]	Diplomação dos Eleitos
[10.01.2020]	Posse dos Conselheiros Tutelares eleitos

---

<sup>2</sup> A depender do julgamento, poderá ser necessária a publicação de Edital retificando o resultado preliminar das eleições.